



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



REFORMA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DOCENTE

Georgina Marcia Negrão Macedo[1]

Mara Rita Duarte de Oliveira[2]

Rosinaldo Monteiro da Silva[3]

RESUMO: O referido trabalho tem como tema, Reforma Educacional e a Formação Docente, cujo objetivo é mostrar alguns impactos negativos das reformas educacionais na formação de professores, para atuar na área da educação. Cuja formação tem se processado com base na pedagogia da competência. Período em que a educação e por consequência, a formação do professor, veio se tornar um dos alvos, de maior interesse da política internacional.

PALAVRA CHAVE: formação, reforma educacional, pedagogia das competências

ABSTRACT: Such work is themed Educational Reform and Teacher Training, which aims to show some negative impacts of educational reforms, training teachers to work in the field of education. Whose formation has been processed based on the pedagogy of competence. Since education, that education, and therefore teacher training came to become an area of great interest in international.

KEY WORD: education, education reform, pedagogy skills

[1] Professora da Rede de Educação Básica do Município de Abaetetuba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (GEPEM/UFPA). E-mail: marciamacedo45@yahoo.com.br

[2] Doutora em Educação. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia(GEPEM/UFPA). E-mail: mrdoma@ufpa.br

[3] Professor da Rede de Educação Básica do Município de Abaetetuba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (GEPEM/UFPA). E-mail: naldoquimica2005@yahoo.com.br

1 - APRESENTAÇÃO:

Este trabalho tem como tema: REFORMA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DOCENTE, cujo intento é analisar, os impactos negativos de reformas no ensino superior, concernente a formação docente, que tem se por base a pedagogia das competências. Esta proposta, para atender a demanda do capital, se deu principalmente, a partir de 1990, quando o Brasil, na conferencia internacional de Jontien - Tailândia

aderiu ao plano de metas, "Todos Pela Educação." Nesta conferência, a educação foi considerada um direito, fundamental necessário para o desenvolvimento humano. Contudo, as reformas não têm feito justiça a esta consideração. Ao contrário, podem-se perceber políticas incisivas e perversas, que vem atingindo a educação, a começar pelas reformas no curso de formação docente. Como uma das metas, para dar cabo à política Neoliberal, de mercado, a fim de se fortalecer o setor educacional privado. Logo, com o intuito de se promover o enriquecimento teórico deste trabalho, tomaram-se por base, autores e educadores competentes, na discussão das políticas educativas, a fim de se promover a melhor apreciação dos leitores.

2- DESENVOLVIMENTO:

No bojo das reformas político-educativas, a formação docente vem ser o fator decisivo, para desencadear as mudanças no ensino das instituições públicas. Aonde a formação deste profissional vem sendo penalizada diante das reformas educacionais, orientada pela elite global, principalmente, a partir da década de 1990, para dar cabo as mudanças do capital. Havendo a necessidade de novas estratégias e redefinições na política educativa, que para de atender as novas demandas do mercado, passou a descentralizar das universidades públicas, a responsabilidade exclusiva de formar este profissional. Para tal, vem adaptando-se novos modelos de instituições de ensino superior privado. Disseminando-se políticas no campo da formação docente respaldadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394/96). O que segundo CAMARGO e HAJE (2004), até poderia ter sido uma vitória, se não fosse o controle do governo, ao promover formações aligeiradas e com pouca profundidade teórica, além de duvidosas. O que vem demonstrando, que nosso Sistema de Ensino está cada vez menos disposto em promover a universalização do ensino público de qualidade, mas em delegá-lo para a lógica privada.

Segundo ALVES (2008), há uma necessidade de pedagogos caracóis, que são aqueles que não têm pressa. Segundo o autor, a partir do momento que a pressa se instaura, a alma se recolhe. Acredita-se que na educação é a mesma coisa. O ensino também precisa de tempo para ser cultivado, sem o frenesi da pressa. Estimular o aluno a pensar, gostar e ter desejo pelo conhecimento é uma arte que requer tempo e todo um tato do professor. O professor precisa saber usar a arte do ensino, para estimular o aluno a pensar e ter o desejo de aprender alguma coisa. É o desejo, diz Alves (2008), que vai estimular a inteligência, é o desejo que vai estimular o aluno a estudar e pesquisar para conhecer a profundidade de uma coisa ou um fenômeno. O autor considera o ensino em primeiro lugar, porque é o ensino, que ensina as pessoas a pensar. Por isso, o considera ensino importante que a pesquisa. Ao dizer que a pesquisa vem em consequência dele. Concorde-se como autor, pois, o ensino vem sofrendo muitas alterações com as novas políticas de formação do professor. A partir do momento que a visão mercadológica se envolveu na educação, o professor tem de sido estimulado a ser, mais pesquisador do que ensinador. A pesquisa vem ganhando ênfase em detrimento do ensino. Não que se seja contra a pesquisa, pelo contrário, se vê a pesquisa, como fruto do bom ensino, que não se processa na pressa.

Um documentário em DVD intitulado - EISTEIN - relata que quando Albert Einstein queria relaxar, tocava violino, a fim de ter boas ideias. Veja bem, como a música era presente na educação antiga. No filme "o segredo de Beethoven" - mostra que quando Beethoven queria inspiração para compor, saía para passear no campo e contemplar a natureza, e foram nesses momentos que suas ideias fervilhavam de novas melodias, e notas musicais. Estes exemplos servem para mostrar, que as ideias brotam em momentos de tranquilidade e relaxamento, e não na agitação e na pressa. Por isso considera-se negativa a pressa na educação e formação das pessoas. Os professores devem tirar um tempo com os alunos só para "jogar conversa fora." Essa técnica tem um cunho didático, para se estabelecer, a confiança e a amizade. Estabelecendo-se vínculos com os alunos, fica mais fácil conseguir que eles acatem os ensinamentos. Por conta disso se critica a formação apressada do professor. Logo convém questionar, para que, se está sendo formado Precisamos compreender o sentido real, por de traz de toda essa pressa na política educacional.

Segundo CAMARGO e HAJE (2004), o Decreto 3276/99 veio interferir na educação superior, para a formação dos professores. SAVIANI (2009) sinaliza que a formação de professores e a educação superior começaram a ser discutida, no Plano Nacional da Educação (PNE), mas antes que terminasse sua vigência, o MEC lançou o seu Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), dando continuidade, ao Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação." Esse compromisso que foi firmado na Tailândia, onde vários países se comprometeram face os problemas detectados, e o Brasil fez adesão a essa política, se comprometendo com a política internacional, a fim de promover a qualidade da educação pública. Contudo, um dos maiores problemas da educação brasileira, além de políticas não efetivas, é a chamada, descontinuidade de políticas que mudam a cada governo, a velha história de todos quererem deixar sua marca. Com isso são abandonadas, políticas que poderiam dar certo, mas que só permanecem nos governos em vigência, e não raro, são substituídas por políticas ineficazes. Com isso, os problemas vão sendo protelados e não erradicados.

Em uma pesquisa feita pelo - Grupo de Pesquisa Gestão e Financiamento da Educação GEFIN/ UFPA - de 1996 a 1999, detectou, que apesar da democratização do acesso, não houve a democratização da qualidade do ensino público, comprovado pelo insucesso dos alunos, no alto índice de reprovação e evasão escolar, segundo OLIVEIRA (2006). O que demonstra que as políticas do MEC, muito pouco tem contribuído para garantir a qualidade do ensino no Pará.

Além dos problemas anteriormente citados, o analfabetismo nas séries iniciais, ainda hoje, perdura com maior frequência, no ensino fundamental menor, se arrastando para níveis subsequentes. Em que um número elevado de crianças da escola pública, termina o ensino fundamental inicial, sem conseguir aprender a codificar e decodificar corretamente, os signos da linguagem escrita, e efetuar corretamente as quatro operações matemáticas. Sendo que, para as crianças da escola pública, aprender a ler, escrever e calcular corretamente é uma questão de necessidade e sobrevivência, na sua trajetória de vida escolar. Pois o aprendizado da língua materna e do cálculo é o subsídio fundamental para o aprendizado de outras disciplinas.

Segundo CAMARGO e HAJE (2004), tanto a LDB 9394/96 quanto Decreto 3860 /2001, ao definir novas orientações de propagação e flexibilização do sistema contribui na prática, para o processo de desregulamentação da educação nacional, ao permitir a implantação dos institutos faculdades e novas instituições de ensino superiores de cursos de graduação, pós-médio, sequenciais e tecnológicos, aos quais têm conduzido o aumento das ofertas educacionais, do setor privado, porém com cursos de qualidade questionável. Portanto, é preciso se perceber, que o enfraquecimento do ensino superior e das universidades públicas, vem implicar diretamente, no fracasso da Educação Básica, segundo Saviani (2007).

"(...). É preciso lembrá-los de que a formação de professores é e deve ser cada vez mais atribuição superior. E sem professores bem formados, as metas da educação básica não poderão ser atingidas."
(pg. 45)

Por ser o ensino superior responsável pela formação docente deveria ele cada vez mais ser aperfeiçoado. Contudo, alerta SAVIANI (2009), se o Ministério da Educação - MEC - insistir em acatar as orientações dos órgãos internacionais, os problemas da educação brasileira permanecerão sem qualquer possibilidade de serem resolvidos. As discussões que são travadas em torno da educação docente, e do ensino da educação superior implantadas pelo governo ainda são insuficientes para dar a atenção que o assunto requer. Infelizmente as reformas são efetivadas sem haver nenhuma discussão com os profissionais da educação. Ao contrário, o governo orientado pela política externa, vem utilizando o aparato legal, para controlar e diluir toda forma de mobilização dos professores, segundo CAMARGO e HAJE (2004).

"Trata-se de uma estratégia que atribui à reforma educacional um

caráter de regulação social, garantindo ao governo um controle mais efetivo das políticas e conteúdos do ensino, como também em particular, da formação dos profissionais da educação.” (pg. 265)

Diante desse controle precisa-se compreender. Quais as estratégias que as universidades públicas, vem utilizando para minimizar os efeitos negativos dessas reformas, a fim de garantir a qualidade da formação dos docentes da educação. Uma vez que a decadência e o enfraquecimento do Ensino Superior atingirá diretamente a educação Básica e vice-versa.

As reformas na formação docente segundo MAUÉS (2005) estão assentadas sobre: *a formação com base nas competências, a formação prática, a validação das experiências, a formação continuada, e a educação a distancia*. E em função das influências internacionais nas decisões do governo, está havendo certa uniformização das reformas, que vem estabelecer as diretrizes, para a formação de professores em quase todas as regiões brasileiras. Jogando a responsabilidade no professor de tornar a escola mais atraente para o aluno. É exigido um novo profissional, e esse novo profissional tem a sua formação, pautada no ensino-aprendizagem que se dá em torno da sociedade saber, ou da informação.

MAUÉS (2005) esclarece que, os saberes são as representações das teorias pessoais. Não havendo nesse tipo de educação, conhecimento, baseado em dados científicos, mais formalizado. Transformando a educação em algo pessoal e quase doméstico. Nessa lógica há alguns conhecimentos, que quase não são solicitados como, a filosofia, conhecimentos culturais, arte e a apreciação das obras de arte, de uma leitura refinada e das análises que depende de uma ciência política. Assim como, tantos outros conhecimentos não serão considerados, pelo fato de não serem exigidos pelo mercado. E este vem a ser um dos pontos mais graves desse tipo de educação, em que os “*conhecimentos puros,*” expressão de MAUÉS (2005), não são considerados.

Segundo a autora, a justificativa para o surgimento do aporte das competências se deu, em decorrência do ensino formal está muito restrito as matérias formais, ou melhor, restrito as teorias fundamentadas sobre estudo e pesquisa, deixando para segundo plano a ação prática desses conhecimentos. Segundo Maués (2005), não interessa conhecer a teoria do Campo Elétrico, o que importa para essa lógica é você saber montar um reator. Mas, alerta MAUÉS (apud FORQUIN 1989), que o ensino não pode se justificar somente por questões utilitárias.

A pedagogia das competências vem assim legitimar as relações de produção, concebendo por meio da obtenção de resultados a resolução de problemas dentro de uma dada situação Maués (2005). A Pedagogia da Competência permite a formação flexível polivalente, que venha atender as exigências imediatistas, a qual se ocupará em ensinar aquilo que segundo Maués (2005), têm garantia de poder ser utilizado na prática. Como, se o ensino se reduzisse apenas a fins utilitários. Discorda-se fundamentalmente dessa política, porque hoje mais que nunca, o professor precisa desse aprofundamento teórico, uma vez que, ele está envolvido na formação de pessoas. Infelizmente não importa mais, estudar a filosofia, a arte, da língua materna e o Cálculo, basta apenas, se saber acessar um computador, segundo Maués (2005). Mas, a partir da língua materna, compreende-se a história, a geografia, a sociologia, a filosofia a psicologia..., e a partir da matemática compreendemos a contabilidade, a física, a química, a

Estatística, a Economia. Logo são esses conhecimentos puros, que são necessários, para nos ensinar a interpretar e ter melhor visão de mundo. Estes conhecimentos qualificam o ensino de uma instituição que visa desencadear a autonomia dos indivíduos; fazendo-se justiça ao questionamento de MÉSZAROS (2000, pg. 17) - “*Pois para que serve o sistema educacional, mais ainda quando público Se não for para decifrar os enigmas do mundo, sobre tudo de um mundo produzido pelos próprios homens*” Em outras palavras, para que serve um sistema educacional que não ajuda os alunos a aprender os signos da língua materna e do cálculo nos primeiros anos escolares, sendo esta a tarefa básica na missão do educar, assim como, também não ajuda os alunos, a se apropriar dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade Com certeza, não servirá para muita coisa, que não seja conformar e alienar as pessoas.

3- CONCLUSÃO:

Por que devemos cobrar a excelência da formação do ensino público? Porque somos nós que necessitamos dele e pagamos por ele com nossos impostos; e porque o capital internacional resolveu tomar o rumo da nossa educação, algo que nos pertence por direito. Se discutimos os efeitos nocivos das políticas educacionais é por que elas estão nos prejudicando; é porque nós, enquanto sociedade, necessitamos de uma educação, que atenda aos nossos anseios; e porque entendemos que por uma questão de justiça, não deveríamos considerar os acordos que os governos fizeram sem nos consultar. Precisamos de nossa liberdade educacional para traçar, nossa política educativa. Não temos para onde correr, a educação formal é nosso bem público. Precisamos desenvolver nossa capacidade de questionar, porém com propriedade, responsabilidade e conhecimento de causa.

Se censurarmos a pressa e o aporte das competências, na política de formação do professor, é porque, isso vem prejudicar a educação de crianças, de jovens e os adultos do Brasil. As políticas educacionais não respeitaram mais o tempo, para que a criança possa se desenvolver. Deixando para trás fileiras de crianças analfabetas ou semianalfabetas. A formação apressada do professor, não o prepara adequadamente para o ensino. Fazendo com que ele transmita um ensino deficiente, e muito pouco atrativo. Devemos nos preocupar em

compreender, o que está por trás dessa pressa

A lógica da Competência, não vem afirmar só uma a lógica de mercado. Na verdade, ela vem justificar, uma razão falsa e perversa, que se esconde por trás do poder. Daí a necessidade de se conhecer mais e mais. Porque nossos dominadores dominam, através do conhecimento da ciência, da posse do capital, e do poder político e ideológico. Precisamos do conhecimento para exercer nossa cidadania real, e o capital quer nos impedir de exercê-la. Porque a cidadania real é para ele uma ameaça.

Precisamos enxergar para além do que nos é dado. O ensino e o aprofundamento teórico junto à pesquisa nos permitem descobrir tais mazelas. Os conhecimentos teóricos da Pedagogia, da arte, o cultivo da cultura, da filosofia, da linguística, da leitura da literatura, da psicologia, do cálculo matemático da física, entre outros, nunca perderão sua importância, para a formação humana. Eles sempre serão importantes na educação formal e na formação do professor. Quanto mais o professor conhece mais se torna capaz. O professor precisa cada vez mais, conhecer as teorias pedagógicas e outras teorias, de áreas diversas, para desenvolver uma visão mais ampla e apurada de mundo, para saber interpretar a realidade que vai além de um saber prático.

Devemos ter consciência que nas propostas internacionais para nossa educação, nada é por acaso. Na verdade, não precisamos que as pessoas lá de fora venham, nos dizer o que temos ou não que aprender. Eles não estão dando conta nem de resolver seus próprios problemas. Temos grandes educadores comprometidos no Brasil, que dariam tudo para ajudar a criar uma política educacional efetiva, adequada, a fim de reverter o déficit dos alunos.

O nosso Sistema Educacional não pode mais ficar no bojo da lógica capitalista perversa. Temos que pensar na sobrevivência escolar, dos jovens das classes trabalhadoras, aqueles que pegam a mão na massa para ajudar a construir o país. Somos nós, sociedade, que tem que pensar, e comandar nosso sistema educativo. Nossos especialistas e juristas dariam conta de ajudar o país, a criar boas leis e políticas efetivas para a educação. Temos muita gente boa por aqui. Estamos cansados de programas educacionais ineficazes, paliativos, e falidos, que não estão dando conta de erradicar o analfabetismo das séries iniciais, muito menos em formar bons professores.

A pressa que se instaurou na formação dos professores e das crianças vem sufocando a boa razão, que orienta a educação formal de qualidade. Ela é na verdade, um artifício na formação educacional, usado

para provar que a educação pública não é eficaz, que está falida. A fim de convencer a sociedade, que o capital privado é o "ideal", e por isso, é o "mais indicado" para tomar conta da educação das pessoas. O que desencadeará no sucateamento do ensino da escola pública, e por consequência, na sua desregulamentação, enquanto as instituições privadas comandarão a seu bel prazer o do mercado educativo. Onde só terá acesso ao ensino de qualidade aquele que puder pagar, enquanto o ensino público ofertado pelo Estado será cada vez mais precarizado.

Nessa lógica, a educação pública não será mais obrigatória; tornando a profissão do professor obsoleta. Temos que nos conscientizar que a educação formal é nosso patrimônio. Nós educadores precisamos fazer uma campanha reivindicando a retirada do nosso sistema educacional, das garras da política externa, mentirosa, que ao elaborar e pressionar os governos a aderirem suas políticas educativas, não está considerando as reais necessidades de formação das pessoas. Precisamos de uma política educativa efetivamente nacional, que oriente as humanidades no currículo da formação do professor e dos alunos.

Precisamos compreender que, formação significa: desenvolver os profissionais; que formação é um direito; educar é um dever do Estado e da pessoa; educar é um direito das pessoas; que supera os movimentos de iniciativas individuais. Formação via licenciaturas é formação que tem começo, mas não tem tempo de parar, porque é inacabada. Formação docente constitui-se em um ato político e tem que esta atrelada ao papel da escola pública nesse processo, contextualizada para atender as necessidades locais e regionais.

Precisamos pensar em um novo projeto de educação voltado para formação profissional e humana das pessoas. Onde a intenção dos cursos de formação do professor tem que ter um caráter público, democrático; de qualidade formal e políticas de formação educacional, que estabeleçam um único padrão em nível nacional, porém considerando as diferenças regionais. Pois o professor bem formado é a mola mestra do ensino, ainda que a política educacional vigente, demonstrem o contrário.

4 – BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Rubem. Ostra feliz não faz pérola. SP: Editora: Planeta do Brasil, (2008).

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. [ET ali]. Educação Profissional no Pará – Belém. EDUFPA, 2007.

MANCIBO, Deise, FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (org.). UNIVERSIDADE, avaliação e trabalho docente. SP: Cortez, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. 4ª Ed. S. Paulo. Cortez, 2000.

GEMANQUE, Rosana Maria Oliveira; LIMA, Rosângela Novaes; ARAÚJO, Ronaldo Marques – et alli – Políticas Públicas Educacionais o governo Lula em questão. Belém CEJUP, 2006.

MAUÉS, Olgaíses, LIMA, Ronaldo (organizadores.). A Lógica Das Competências Na Formação Docente. Belém – PA: Editora Universitária UFPA, 2005.

MÉSZAROS, Steven. Educação Para Além do capital. Trad. Isa. TAVARES. São Paulo. 2005.

ARAÚJO, R. M. L. e RODRIGUES Doriédson (organizadores) Filosofia da práxis e didática da educação profissional, Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2011.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade dos. Conversas Impenitentes sobre a Gestão na Educação – Belém. EDUFPA, 2008.

SAVIANI, Demerval. Educação do senso comum a consciência filosófica. – 17 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 – (coleção Contemporânea).

_____. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.

